

Sobre a tecnopólis

About the technopolis

PAULO TAVARES
paulorct@riseup.net

Arquiteto e Urbanista pela Faculdade de Engenharia Civil Arquitetura e Urbanismo da UNICAMP.

RESUMO:

Partindo da constatação de uma anunciada “crise” dos paradigmas epistemológicos modernos, passamos a pensá-la em relação ao “problema arquitetônico”. Ponto inicial para tal reflexão é o ensaio “Jamais fomos Modernos” de Bruno Latour e o conhecido “Manifesto em favor dos Ciborgues” da bióloga Donna Haraway, onde uma espécie de “programa” para pensar tal crise está esboçado. Buscamos problematizar seu mito *ciborgue* e o novo território que junto dele emerge, a *polis-tecnológica*. Em nosso horizonte, isso significa posicionar - a partir de uma ótica foucaultiana - a arquitetura como dispositivo atuante nos modos de individuação e diferenciação das formas coletivas de vida.

palavras chave: corpo – espaço - tecnologia

ABSTRACT

Driving on the announcement of a crisis of the modern paradigm of thought, we should think it in respect to the “architecture question”. The start point is Bruno Latour’s “We have never been modern”, and then, through Donna Haraway’s “Manifest for the Cyborg”, we find a “program” to frame this issue. We try to understand what the cyborg myth and the new territory that gets shape with him - *technological polis* - means to architectural thought. That implies, using Foucault’s lens to the analysis of space, to position architecture as an active device in the process of individuation and differentiation of collective and individual ways of being.

key-words: body – space – technology



rádio nômade montada sobre bicicleta durante as manifestações dos camponeses peruanos contra a ALCA em 2004.

SOBRE A TECNOPÓLIS

“Tantos espaços então quantos forem os modos de semiotização e de subjetivação”

Félix Guattari

“Por que nossos corpos têm que terminar em nossas peles?”

Donna Haraway

“(…) O crescimento dos quase objetos saturou o quadro conceitual dos modernos” foi o diagnóstico com qual Bruno Latour (2005: 55) definiu a crise que parece desestabilizar, de maneira inquestionável, o aparato referencial que nos mais diversos campos do conhecimento humano nos permitia interpretar e agir sobre a realidade. A tese é conhecida: através da distinção da ciência social e política – o campo dos sujeitos - das ciências naturais e exatas - o campo das coisas, dos objetos - historicamente fundadas nas figuras de Hobbes e Boyle, respectivamente, a modernidade encontra sua constituição. Assim, o cabedal conceitual que define nossas “ciências”, no sentido mais amplo do termo, estaria fundamentado na separação entre a cultura e a natureza, sujeito e objeto, polarização que cada vez mais parece inoperante diante da onipresença destes “quase-objetos”, entidades híbridas, misturas de organismos e máquinas, “anomalias” filhas da tecnociência – da biotecnologia, da engenharia genética, das

publicação eletrônica <http://www.fec.unicamp.br/~parc>

ciências das telecomunicações, da robótica, da tele-robótica etc. - que não encontram nem lá, nem cá, um campo representativo e nos impõe, aqui e agora, um certo constrangimento intelectual.

Em outra chave, mas de maneira semelhante, Laymert Garcia dos Santos (2003: 81-82) fala-nos de uma desqualificação dos modos de práticas e de pensamentos modernos diante da mutação pela qual a sociedade contemporânea está passando. Mudança levada a cabo pelo acelerado processo de tecnologização da vida sob a direção do capitalismo avançado, que ao re-estruturar nosso meio, re-organizar os processos de trabalho e os circuitos de produção levando ao estabelecimento de outras lógicas de consumo e de circulação de mercadorias materiais e simbólicas, incita o surgimento de outras práticas sociais, e no seu limite, incide sobre o próprio futuro da evolução das espécies (biotecnologia).

Talvez pudéssemos sintetizar este estado de “crise” utilizando-nos de uma expressão freqüentemente lançada pelo urbanista Virilio para contextualizar nosso período: *fusão/confusão*. Fusão que nos remete a diferentes desdobramentos do capitalismo contemporâneo: das coalizões de grandes empresas de diferentes ramos da indústria originando verdadeiros monopólios transnacionais que reorganizam a divisão sócio-espacial do trabalho; fusão das mídias, das redes de comunicação e informação que inauguram a era da tele-sociabilidade; ou também, fusão de diferentes tecnologias (GARCIA DOS SANTOS, 2003: 231) que detonam inovações nos processos de produção, circulação e consumo e originam outros campos de pesquisa e conhecimento. Mas também *fusão* que nos remete a um olhar mais amplo, como uma evidência da crise dos “limites”¹. Crise das fronteiras que delimitavam as polaridades fundantes do pensamento cartesiano moderno. Fusão que produz o híbrido e coloca em xeque a idéia do “não-eu”, do “outro”, seja este outro a natureza original em oposição ao meio técnico cultural, ou os organismos frente às máquinas². Fusão do homem e da máquina presente nos objetos mais banais de nosso cotidiano com as quais nos agenciamentos e diferenciamos nossos sentidos “naturais”. Crise da polaridade sujeito-objeto catalisadora deste estado de *confusão* em que se encontram os saberes, e que nos impulsiona à busca da criação de campos transdisciplinares de conhecimento. Confusão que faz

¹ Virilio (1993: 13) nos fala de uma mutação da noção de limite. Antes fronteira, o limite torna-se superfície de comutação: interface. Neste trecho de nosso texto, a idéia opera-se sobre outra chave, mas que não deixa de guardar semelhanças com as considerações do autor. A medida que o limite dissolve-se, ganha corpo a idéia de comunicação, de troca.

² A crise dos “saberes modernos” quando o status do sujeito cartesiano moderno é colocado em questão é, de certo modo, “o pano de fundo” de toda uma revisão do pensamento ocidental. Está presente, de maneira ou de outra, em toda a bibliografia que alimenta este ensaio. Baseamo-nos, principalmente, nas idéias de Bruno Latour (2005) e Donna Haraway (2000).

ecoar, em todos os cantos, a interpelação do pensador das tecnologias: “*Caso se trate de uma ruptura tão drástica a ponto de anular o quadro referencial a partir do qual organizávamos a nossa experiência, com que palavras, com que conceitos pensá-la em sua especificidade?*” (GARCIA DOS SANTOS, 2003: 82)

Em 1985, Donna Haraway manifestava-se em “favor do prazer de confundir fronteiras, bem como em favor da responsabilidade de sua construção”. Seu ensaio nos propõe a formulação de um mito político contemporâneo, o ciborgue: ele mesmo uma entidade híbrida de organismo e máquina. “No final do século XX”, escreve a bióloga, “somos todos quimeras, híbridos – teóricos e fabricados – de máquina e organismo; somos, em suma, ciborgues” (HARAWAY, 2000).

Ao nos enxergarmos como entidades cibernéticas, tornar-se-ia questionável qualquer perspectiva de interpretação e ação sob a realidade cujos fundamentos encontrassem raízes no *ser humano* enquanto categoria universal definida por uma suposta integridade biológica/orgânica e distinto, pois racional, do mundo que o envolve – o senhor da natureza. Com o ciborgue questionam-se as fronteiras entre o homem e os animais, entre os organismos e as máquinas, entre a natureza e a cultura, entre o físico e o não físico. O mito de Haraway, por ser ontologicamente constituído por um processo de hibridização tecno-orgânica, dissolve as fronteiras que nos permitiam pensar numa essência humana original que em larga medida forneceu argumentos para uma perspectiva crítica frente aos avanços do capitalismo tecnocientífico³. Ao realizarmos que os objetos técnicos encontram-se em intimidade com o nosso processo de constituição, com o nosso modo de existência, seríamos capazes de mapear as mudanças nas relações sociais contemporâneas e a realizar o papel fundamental que as novas ciências biotecnológicas e o onipresente aparato da indústria simbólica desempenham na estruturação das redes sociais e de nossos corpos e mentes. Com o ciborgue, desvelar-se-iam por quais maneiras novas categorias de dominação e exclusão estariam emergindo, ao mesmo tempo em que seríamos capazes de criar novas possibilidades de re-existência, fundadas não mais em totalidades historicamente

³ Donna Haraway menciona o papel que pensamento progressista teria atribuído a um “imaginário corpo orgânico” como forma de “organizar nossa resistência”. Suas considerações direcionam-se especificamente ao texto de Marcuse, *One dimensional man*, e ao texto de Merchant, *The death of nature*. Seria preciso neste ponto problematizar de que maneira “o ser humano” constitui um reduto crítico frente aos avanços do capitalismo tecno-científico, análise que foge de nosso escopo. Especificamente no caso da arquitetura seria necessário problematizar o papel que o “ser” heideggeriano desempenhou na articulação crítica dos anos 60 com o neo-racionalismo e a Tendência.

construídas como “raça”, “classe” ou o “gênero”, nem tampouco numa ontologia do “trabalho”, à medida que este também havia sofrido uma revolução incontornável. “Novas formas de análise e ação” estariam fundadas em afinidades políticas ao invés de identidades pré-definidas, articuladas mediante a uma “consciência de oposição”. (HARAWAY, 2000: 53)

O tiro de Donna Haraway tem um endereço preciso como o próprio título do ensaio indica; o feminismo socialista. Mas a pertinência do argumento e a radicalidade com que a questão é colocada faz com que se extrapole os âmbitos de um debate circunscrito. Aqui, ele nos permite pensar uma transposição: a mutação que se vislumbra no corpo com o ciborgue é correlata daquela que se verifica no espaço quando as lentes que o observam não mais ganham foco sobre os pares natureza/artifício, urbano/não-urbano, centro/periferia, público/privado, interior/exterior, mas sim através de uma perspectiva que o entenda enquanto entidade híbrida – mecanosfera - território por excelência das quimeras contemporâneas; **a polis-tecnológica**. A compreensão deste novo território exigir-nos-ia um esforço de construção de outros conceitos, outras palavras capazes de representar processos que nele tomam forma. Exigir-nos-ia, por exemplo, pensar que assim como nós somos entidades cibernéticas, também ele o é, e desta maneira colocar no centro de nossas argumentações o papel fundamental da técnica em sua conformação. De uma outra maneira, ele nos permitiria desenvolver a seguinte questão: se nós, humanos, enquanto entidades cibernéticas, tomamos forma por um processo contínuo de hibridização no qual entramos em relação com um objeto técnico e derivamos numa terceira entidade, o que pode ser entendido mais facilmente se pensarmos no papel que onipresente aparato midiático tem em nosso processo de percepção do mundo, e se o espaço é formado por uma constelação destes objetos em redes de relações, de que maneira os corpos entram em agenciamentos com o espaço e procedem diferenciações?

O termo – polis-tecnológica - é uma apropriação do próprio texto de Haraway. Apesar de suas considerações não encontrarem no “espaço”, ou talvez pudéssemos dizer, no problema arquitetônico, um mote de inquietações, está implícito no termo e, de modo geral, latente numa série trechos de seu texto, que o ciborgue ganha sua constituição num processo que tem íntimas relações com as mutações nas dinâmicas espaço-temporais contemporâneas. A polis-tecnológica, segundo Haraway, estaria fundada numa transformação da polaridade público/privado, na precisa medida em que espaços que antes eram delimitados como territórios internos ou externos passavam a entrar em comunicação. “A casa, o local de trabalho, o mercado, a arena pública, o próprio corpo, todos esses locais podem ser dispersados e entrar em relações de **publicação eletrônica <http://www.fec.unicamp.br/~parc>**

interface, sob formas quase infinitas e polimórficas” (HARAWAY, 2000: p. 69). Não apenas o ciborgue define a pólis-tecnológica, como observa a autora, mas neste novo território - nesta constelação de objetos sócio-técnicos que se definem por arranjos de redes materiais e simbólicas no espaço e no tempo, que ganham uma realidade historicamente original com as novas possibilidades de comunicação e de transporte, e que, deve-se salientar, sempre estão *em processo, em formação*, (in-progress / information), - o ciborgue ganha seu modo de existência. Explorar a pólis-tecnológica em sua amplitude e complexidade; construí-la, homologamente, enquanto mito contemporâneo, “recurso imaginativo” capaz de mapear novas relações que entrelaçam espaço, corpo, técnica e poder no capitalismo avançado, poderia sugerir, por outro lado, outros espaços de sociabilidade, e tão logo, novas formas de re-existência. Aqui, a criticada idéia de Le Corbusier da casa como extensão do homem, ou como “máquina de morar”, despe-se de seus pálidos contornos instrumentalistas para adquirir a forma de um agenciamento homem-máquina e ser pensada como um processo de individuação do homem e de hibridização que define o espaço por diferenciação.

No centro de nossa construção da pólis-tecnológica estão implicadas outras relações entre espaço-corpo-tecnologia e com elas, necessariamente, um deslocamento conceitual que atinge os modos como a arquitetura, num amplo sentido, tem sido pensada. Se isto implica numa “desconstrução” do pensamento moderno, não há como não voltarmos nosso olhar, num primeiro momento, para imagem do Homem de Vitruvius, onde estas relações são estabelecidas num nível original e com uma capacidade de síntese própria da representação imagética. Aqui não se apresenta nenhuma novidade. A idéia de que a geometria clássica não condizia mais com as inovações tecnológicas que emergiram na segunda metade do século XX, principalmente aquelas que se relacionavam diretamente às mídias eletrônicas, desencadeou movimentos críticos ao pensamento moderno notáveis por seu experimentalismo formal. Conceitos vitruvianos canônicos como ordenação, simetria, firmeza etc. perdiam lugar para fluidez, instabilidade, descontinuidade etc. Buscava-se uma relação simbólica entre o espaço construído e estes novos paradigmas tecnológicos. A arquitetura então, deveria ser desconstruída e praticamente desaparecer. Diante da importância que os fluxos imateriais adquiriam na vida coletiva, era como se a existência do edifício enquanto matéria fosse um “vergonhoso embaraço”. Subentende-se nesta perspectiva que a arquitetura relaciona-se com a tecnologia

publicação eletrônica <http://www.fec.unicamp.br/~parc>

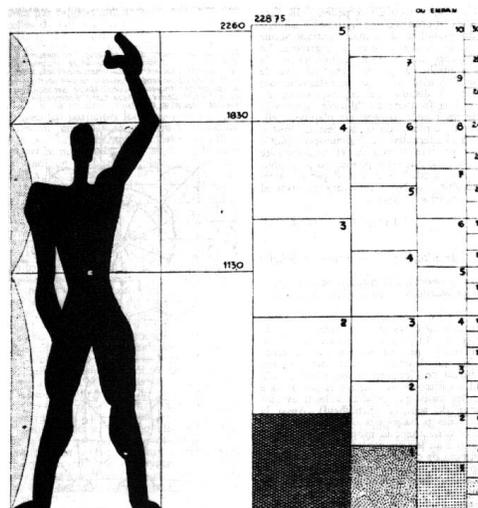
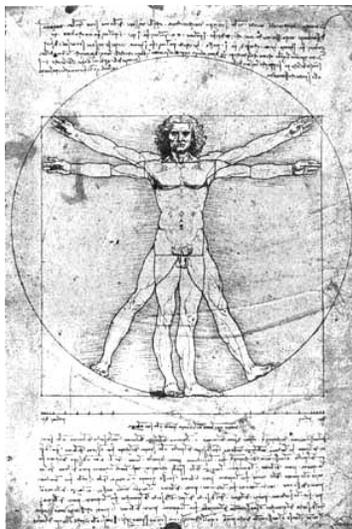
apenas no nível da representação. Em visões mais recentes este olhar parece prevalecer. Maria Luiza Palumbo (2001), por exemplo, ao relacionar as formas de representação do corpo na história ocidental aos movimentos da história da arquitetura, e por dedução, a visão cibernética do corpo contemporâneo com atuais experimentalismos, reduz tais relações a uma cadeia estilística linear.

Parece-nos que a imagem do homem Vitruviano estabelece outros níveis de relação entre espaço-corpo-tecnologia que se apresenta de maneira mais silenciosa que a forma, sempre dada a estardalhaços. Nosso olhar desvia-se do objeto para os processos de articulação destes três campos. A imagem de um corpo mensurável em todos os seus limites - imagem de um corpo circunscrito em leis geométricas - imagem esta que podemos admitir, encontra ainda largas vagas em nosso modo de pensar, não apenas revela um confinamento das multiplicidades a padrões objetivos quando relaciona a idéia de beleza e harmonia a regras matemáticas/geométricas, como bem nota Palumbo, mas de maneira mais ampla, anuncia uma relação entre *espaço-corpo-ordem* que está presente em todo o desenvolvimento da arquitetura na era moderna⁴. A perspectiva do século XV pode ser vista como um outro aspecto desta associação, homologamente sob o tríptico *percepção-subjetividade-codificação*, quando associa a representação do mundo real a uma ordenação numérica. “O artista clássico é como Deus”, escreveram Deleuze e Guattari (1997: 216), “ao organizar as formas e as substâncias, os códigos e os meios, e os ritmos, ele cria o mundo”.

O modernismo, num certo sentido, apenas prolongou este esquema, deslocando do homem ideal para o homem médio - o homem da massa – o processo de abstração do corpo como um sistema quantificável. Com isso reduziu diferenças a padrões homogêneos (e homogeneizantes) que traziam implícito uma rígida conduta moral. Neste ponto, poderíamos dizer, encontram-se as raízes do pensamento na disciplina urbana moderna, ainda que por vezes desejemos recalá-las⁵.

⁴ A relação é sugerida por Sanford Kwinter (2002: 15) “*this familiar image [o homem de Vitruvius] still stands at the ceremonial head of a complex and many-stranded procession through Western history in which the histories of the body itself, of architecture, and of the even more basic “will to order” are inseparable from one another.*”

⁵ A idéia de “organização”, de “ordem”, está diretamente ligada à formação do urbanismo enquanto disciplina, e de certa maneira, está presente em toda a arquitetura modernista, seja em relação a seus aspectos programáticos seja em relação à forma. A síntese apresenta-se, como sabemos, sob o par forma-função. Ela tem suas raízes na própria idéia que de *organismo* na era moderna, onde encontramos, novamente, uma íntima relação entre o espaço e o corpo. Para uma interessante leitura do papel da idéia de “organismo” no pensamento moderno ver o interessante texto de Reinhold Martin, *The organizational Complex: Cybernetics, Space Discourse, in: Assemblage*, The MIT Press, 1998. Reinhold avança no assunto para pensar como o surgimento da cibernética influenciou no pensamento arquitetônico. A ligação entre “ordenação” e urbanismo também está significativamente presente na introdução da famosa compilação de Françoise Choay sobre as origens do urbanismo. (Françoise Choay, *O urbanismo: utopias e realidades. Uma antologia*. Perspectiva, São Paulo, 1965).



o homem de Vitruvius, no desenho de Leonardo da Vinci, e o Modulor de Le Corbusier

O modutor de Corbusier não tem a mesma dimensão histórica que o homem vitruviano, mas enquanto releitura daquele é uma clara ilustração deste processo de continuidade. Habitar, trabalhar, circular e cultivar o espírito não eram apenas categorias funcionais que permitiam um abrandamento dos conflitos próprios da metrópole através da construção de uma metanarrativa científica da vida na cidade (o Urbanismo), mas um estriamento dos desejos e a ordenação das multiplicidades em favor do máximo rendimento da produção. Se Tafuri (1985) já demonstrara como a cidade moderna é estruturada objetivamente como “máquina funcional”, ampliando as relações de produção que encontrávamos na fábrica a todo tecido urbano, de maneira que “a extração da mais-valia social” constituía o próprio processo que se encontra implícito em seu condicionamento, e o arquiteto então, aparece como o grande organizador do ciclo produtivo, talvez fosse o caso de problematizar, partindo de Foucault, de que maneira a cidade moderna teria se constituído de forma a “fazer crescer ao mesmo tempo a docilidade e a utilidade de todos elementos do sistema” (FOUCAULT, 1997: 191), exponencializando a obtenção de mais-valia pela obtenção do “mais-poder”, onde o arquiteto surge como um grande organizador dos corpos.

Com Foucault em *Vigiar e Punir* (1997) podemos pensar num outro modo de abordagem para o problema arquitetônico. Ao analisar o Panóptico de Jeremy Bentham, Foucault encontraria a “figura arquitetural” que caracteriza as sociedades disciplinares do século XVIII e XIX. Antes de ser entendido como uma unidade material, o edifício de Bentham é compreendido como um sistema de organização dos corpos no espaço e no tempo através de registros espaciais e ópticos. Não tanto um “edifício onírico”, mas uma “máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce” (FOUCAULT, 1997: 166), o panóptico define-se como um sistema de *práticas* onde o poder antes de ser coercivo é constitutivo. Como Sanford Kwinter (2002: 15) bem observa, a análise do filósofo demonstra como o domínio das “arquiteturas”, entendidas como *objetos sócio-técnicos*, formam o princípio de articulação que permite penetrar no campo dos desejos, das atividades e do próprio corpo do indivíduo enquanto matéria, formações abstratas e não-corporificadas de poder. As análises de Foucault nos levam a pensar a modernidade, e o problema arquitetônico que se coloca como fundamental em sua constituição, com significativo deslocamento de uma concepção predominante, cuja limitação crítica aparece quando os processos são reduzidos a movimentos de continuidade e ruptura na esfera da representação formal. Seria preciso, por tudo, chamar a atenção não somente para o conteúdo das considerações do filósofo, mas principalmente para a forma como ele às conduz, ou seja, como são articulados objetos e relações, redes materiais e imateriais, i.e., como estão intimamente conectados o

publicação eletrônica <http://www.fec.unicamp.br/~parc>

socius e o *topos*. Respondendo a uma entrevista em 1982, o filósofo definiria o papel da arquitetura em seu método não apenas como um objeto, mas como um “mergulho no campo das relações sociais dentro do qual ela traz alguns efeitos específicos”. É interessante um olhar mais próximo:

“It is true that for me, architecture, in a very vague analyzes of it that I have been able to conduct, is only taken as an element of support, to insure a certain adoration of people in space, a canalization of their circulation, as well as the coding of their reciprocal relations. So it was not only conceived as an element in space, but is especially thought of as a plunge into a field of social relations in which it brings about some specific effects.” (FOUCAULT, 1998: 438)

Nos parece importante perceber que a arquitetura é vista como uma *canalização* de fluxos e uma *codificação* de relações sociais e não apenas como um elemento no espaço. De maneira mais geral, Foucault diria-se interessado naquilo que os gregos chamavam *techne*, que define como “uma racionalidade prática governada por um objetivo consciente” (FOUCAULT, 1998: 439). A história da arquitetura então, poderia ser vista dentro das linhas de uma história da *techne*, a exemplo de práticas de governabilidade e outras formas de organização social⁶, e logo, o problema do “espaço humano” deveria ser pensado em termos de circulação e classificação de elementos humanos, de relações de proximidade e acumulação, que são adotadas em ordem de se atingir determinado fim, e não como “um vazio onde depositamos indivíduos e coisas” (FOUCAULT, 1967).

As questões que são levantadas em *Vigiar e Punir*, como sabemos, não tem como foco central o problema arquitetônico, mas como sugerimos, trazem desdobramentos incontornáveis para ele. As análises de Foucault sugerem um modo diferente de se pensar a arquitetura. Passamos a enxergar o espaço como intimamente relacionado aos processos de formação sociais, físicos e psíquicos que caracterizam nosso modo de existir. Abre-se, desta maneira, um campo para novas explorações teóricas, práticas, e (por que não?) formais por meio de outras articulações entre corpo, espaço e tecnologia que não estejam subordinadas à história das técnicas construtivas⁷.

⁶ “But if one wanted to do a history of architecture, I think that it should be much more along the lines of that general history of the *techne* (...) I believe that if one placed the history of architecture back in this general history of *techne*, in this wide sense of the word, one would have a more interesting guiding concept than by considering opposition between the exact sciences and the inexact ones.” (FOUCAULT, 1998: 439)

⁷ Para Foucault um dos problemas apresenta-se quando a amplitude do termo *techne* é reduzida às “tecnologias duras”, como a eletricidade ou a tecnologia dos materiais. De maneira paralela, como o autor sugere, é um problema que a arquitetura enfrenta quando a técnica associa-se ao espaço apenas como instrumento capaz de construí-lo enquanto objeto. Freqüentemente nos deparamos com abordagens

As questões que emergem com O Panoptismo, por vezes de maneira aguda, por vezes silenciosamente, ressoam no texto de Sanford Kwinter (2002) com a força de um problema específico no campo do *design* e que exige um deslocamento radical da abordagem. Partindo da leitura de Bergson, Deleuze e, obviamente, do próprio Foucault, como o próprio autor argumenta, mas também, é possível intuir, de uma interessante leitura do filósofo das técnicas Gilbert Simondon⁸, Kwinter nos sugere pensar a arquitetura como pertencente a algo que é vagamente definido como “a história das práticas”. A arquitetura, enquanto objeto técnico, passa ser entendida pelas relações que estabelece e que por ela são estabelecidas. Mas sua perspectiva vai além;

“A non-dogmatic approach to this “field” and to the politization of design practice today would be to consider all architectures as technical objects and all technical objects as architectures.” (KWINTER, 2002: 21)

As palavras de Kwinter dirigem-se a evidenciar o papel da técnica na história da arquitetura e, por outro lado, da arquitetura na história das técnicas, o que significaria, em seus próprios termos, um movimento em direção à “politização das práticas do design”. Poderíamos dizer que o campo da arquitetura volta-se para a compreensão e proposição de relações de controle, distribuição, organização, associação e distanciamento dos corpos, de fluxos materiais e semióticos, de técnicas e movimentos no tempo e no espaço do que por sua tradicional definição acadêmica, baseada em larga medida na história dos movimentos e dos estilos, tal qual um amálgama da expressão formal de uma dada civilização em determinada época. Para retomarmos a perspectiva de Foucault, *a arquitetura é vista como um dispositivo de canalização e codificação de processos*.

Assim como o panóptico seria a figura arquitetural representativa do século XIX, Kwinter nos propõe representar o século XX, não com os cânones do modernismo heróico – Corbusier em Poussin ou o Monumento da Terceira Internacional de Vladimir

extremamente limitadas do problema arquitetônico, não apenas no discurso crítico como no discurso dos próprios arquitetos, cujas bases fundamentam-se em enunciados semelhantes a “novas técnicas, novos materiais, novas arquiteturas”.

⁸ O texto “The genesis of the Individual” do filósofo francês Gilbert Simondon (1992) é fundamental para compreender a idéia de morfogênese que Kwinter desenvolve no primeiro capítulo de “Architectures of time”, apesar de não existir nenhuma referência explícita. Contudo, como veremos adiante, a maneira de Kwinter pensar o “modo de existência” dos objetos técnicos nos parece, apesar de nosso conhecimento pouco aprofundado nesta leitura, compartilhar do olhar de Simondon. É importante notar pois, que encontramos na perspectiva de Simondon um ponto de partida fundamental para compreendermos as relações entre o fenômeno técnico e a arquitetura, de maneira que uma leitura mais cuidadosa é tarefa que propomos a desempenhar futuramente. De modo geral, a leitura de Simondon é referência para uma série de abordagens contemporâneas sobre os objetos técnicos que encontram pontos convergentes. Por exemplo; Jean Baudrillard, *O sistema de Objetos*, Perspectiva, São Paulo, 2000; Milton Santos, *A natureza do Espaço*, Edusp, 2002, Garcia dos Santos (2003) e Mackenzie (2003).

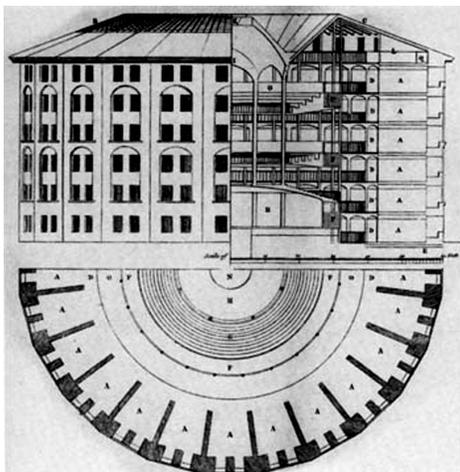
Tatlin, para ficarmos restritos a seus próprios exemplos - mas com o *megafone*, objeto sócio-técnico que já não expressa relações tão diretas com o tradicional edifício, mas cuja capacidade de agrupar, organizar e conduzir os corpos numa determinado ritmo revelaria mais do século em que a mobilização da massa assume o papel histórico, seja sob a voz amplificada do ditador ou do líder do sindicato (KWINTER, 2002: 21-23). Deste ponto de vista, “as arquiteturas” adquirem um sentido muito mais amplo do que estávamos acostumados: não apenas técnica construtiva, mas uma construção de técnicas.

Contudo, a primeira reação, é provável antever, é julgar que esse deslocamento do olhar que aqui buscamos operar implica num processo de abstração, ou reduz-se a um pobre reposicionamento metafórico da palavra arquitetura e suas conjugações. Mas e o edifício?, perguntaríamos. À medida que o espaço é entendido como um contínuo processo de diferenciação articulado em diversos níveis, por diferentes redes sócio-técnicas, não é o edifício que perde relevância, mas um certo tipo de visão sobre o edifício. Em torno de cada objeto técnico está associado um complexo agenciamento de regimes de poder e afeto, uma associação de hábitos, de gestos, de práticas que caracterizam o modo de existência desses objetos (KWINTER, 2002: 14). Para que possamos entender seu processo de formação, é preciso desviar o olhar do objeto para o seu *modo de existência*. Sumariamente, dispensaríamos a forma em favor do *formar-se*. O que distingue “A Fonte” (1917) de Duchamp de um conjunto maior de urinóis não poderia ser sua forma, serialmente produzida, senão uma operação de deslocamento de seu “complexo natural” para outro meio onde são associados outros regimes de ações, outras paixões. Em meio a este complexo de redes imateriais e materiais, a arquitetura age como um dispositivo agenciante e agenciado.

De uma maneira mais clara, poderíamos dizer que a pergunta que se coloca para o problema arquitetônico é pensar qual o papel da arquitetura na individuação dos corpos e na diferenciação de formas coletivas de vida? e, homologamente, de que maneira a arquitetura ganha sua forma, seu modo de existência, através destes processos de individuação e diferenciação que ocorrem por ela em diversos níveis?

Se rejeitarmos a idéia de que o indivíduo, seja ele orgânico ou inorgânico, defina-se por um “ser” essencial, passamos a enxergá-lo através de processos de formação (in-formation)⁹, processos de *vir-a-ser*; um perpétuo e contínuo estado de diferenciação que se estabiliza parcialmente e temporariamente dentro de um certo meio. A individuação traduz este estado de metaestabilidade do vir-a-ser. Ela pode se definir

⁹ A expressão é de MACKENZIE (2003). KWINTER (2002) utiliza, em oposição ao “being”, a expressão “becoming-ever-different”.



o panoptico de Jeremy Bentham e o megafone: dispositivos arquitetônicos.



Fonte, Marcel Duchamp, 1917.

tanto por processos de normatização, quando nada de novo emerge, como por processos de singularização, quando surgem anomalias. A anomalia é uma inovação, uma transformação, uma invenção, uma criação, uma mutação. Um processo de individuação não-normativo pressupõe que ao final tanto o indivíduo quanto o meio se apresentem de formas diferenciadas. Isso implica numa relação onde não encontramos sujeitos. A individuação nunca esgota as potencialidades do vir-a-ser, por isso não se estabiliza e sempre há possibilidade de que o novo surja. De maneira mais simples é aquilo que o indivíduo *está sendo* naquele momento em determinado contexto¹⁰.

A partir disso podemos ver a arquitetura como um “contexto”, um meio sócio-técnico que se reestrutura a medida em que diferentes processos de individuação tomam forma através dela em distintas escalas. Mas também podemos pensá-la, de certa maneira, como um “indivíduo” sócio-técnico, constituído por processos de reestruturação do meio que a engloba. O termo arquitetura ganha aqui certa amplitude; imaginamos objetos ou cidades. Se nos concentrarmos sobre a questão da percepção como uma forma de individuação talvez fique mais palpável de que maneira estes processos determinam o *tomar forma* da arquitetura. Conforme Mackenzie (2003: 15) exemplifica, a percepção constitui um modo de individuação porque ela modula relações entre o observador e o meio. Walter Benjamin (1987: 193) numa das passagens de seu famoso ensaio “A obra de Arte na era da reprodutibilidade Técnica” em que se refere à arquitetura, diria que “os edifícios comportam uma dupla forma de recepção: pelo uso e pela percepção”. Uma vez entendidas tais referências, podemos partir do princípio que a percepção é um modo singular de relações (um modo de singularização) entre o homem e o espaço. Lançando mão de um recurso imaginativo banal, poderíamos pensar, por exemplo, porque diante das lentes do cinegrafista um edifício que nos parece ordinário pode *vir-a-ser* um objeto completamente distinto, inusitado, e realizaríamos que a percepção, enquanto individuação, não apenas atinge o observador, mas também o que é observado, de tal maneira que as palavras de Guattari (1992: 153) quando nos diz que existem “tantos espaços quantos forem os modos de semiotização e subjetivação” ganham um sentido muito claro. Ampliando o raciocínio, damos-nos conta de que a percepção no caso específico do edifício dá-se coletivamente, e portanto, que o “formar-se” da arquitetura está intimamente ligada com modos de diferenciação de vida coletiva. Contudo a percepção não completa o modo como a arquitetura emerge. Para sermos fiéis à frase de Benjamin, deveríamos pensar como estes processos se dão com relação

¹⁰ Trabalhamos com o conceito de individuação de acordo com nossa leitura do texto do filósofo SIMONDON (1992), e também através de nossa leitura do texto de MACKENZIE (2003), que se desdobra conceitos elaborados por Simondon.

ao “uso”, que talvez pudéssemos melhor definir como *práticas* que se atualizam na arquitetura e pela arquitetura. Numa analogia simplista, para retomarmos nossos mitos, entenderíamos tanto o ciborgue quanto a pólis-tecnológica como entidades em contínuo estado de constituição, cujos processos de formação sempre se resolvem de maneira parcial e temporária e têm implicações recíprocas.

Em *Neuromancer*, ficção científica de William Gibson (2003), tão real é o *Ciberespaço*, esta outra realidade feita de fluxos binários, de senhas e cifras numéricas registradas em gigantescos bancos de dados, este “lugar” povoado de avatares, como o é o *Sprawl* - a gigantesca massa urbana que se esparrama por toda a costa leste dos EUA. Seus personagens vivem numa profusão de diferentes espaços e tempos: das ruas antigas do submundo Nighth City, uma área “sem nome oficial” que margeia o porto de Tóquio, à plataforma espacial Villa Straylight; das “arcologias corporativas” – megaestruturas que nos trazem à mente os desenhos utópicos de Paolo Soleri ou o domus geodésico de Buckminster Fuller (porém já com outro sentido, marcado pelo adjetivo “corporativo”, o que nos faz lembrar de um espaço bem menos utópico - as megatorres de John Portman - e já nos dá a idéia que tudo se passa no estágio tardio do capitalismo) - à “alucinação consensual” do ciberespaço (“a representação gráfica de dados abstraídos de bancos de dados de todos os computadores do sistema humano”). O espaço de *Neuromancer* nunca se apresenta num recorte total: sempre o ponto de vista relativizado pelos diferentes instrumentos tecnológicos que compõe a trama social, disperso em fragmentos pela mudança brusca e incessante de temporalidades; o movimento de total desterritorialização imposto por uma nova forma de capitalismo global calcado na hiper-tecnologia. É um por vir urbano em seu limite que o autor descreve, um deslocamento para uma realidade paralela, ficcional, que pode parecer distante, mas nos fornece um “recurso imaginativo” para buscarmos compreender nossa experiência contemporânea, que assim como a dos personagens de Gibson, deriva da confluência de diferentes realidades de espaço e de tempo, quando à uma topologia material soma-se o que Virilio chamou de “topologia informacional” (VIRILIO, 1996: 125).

Foucault, num texto escrito em 1967, parece intuir de modo muito claro de que maneira nossa experiência no mundo contemporâneo está atrelada a estas novas formas de espacialidades. “Nós estamos numa época da simultaneidade”, dizia o filósofo;

“We are in the epoch of simultaneity; we are in the epoch of juxtaposition, the epoch of near and far, of the side by side, of the dispersed. We are at a moment. I believe, when our experience of the world is less that of a long life developing through time than that of a network that connects points and intersects with its own skein.” (FOUCAULT, 1967)

Deslocadas quarenta anos depois suas palavras parecem trazer mais sentido a nossa experiência atual. O impacto dos mídias, das novas tecnologias de comunicação, das novas possibilidades de transporte fazem aquilo que parecia estar muito longe tornar-se subitamente próximo, ao mesmo tempo que as metrópoles explodem, que as conurbações urbanas proliferam, que o espaço urbano torna-se um contínuo de estruturas dispersas e conectadas, a ponto de não mais podermos pensar em termos de centralidade e periferia (senão, em áreas urbanas de intensa capacidade de conexão, em consonância com a velocidade dos mais recentes dispositivos tecnológicos comunicacionais e áreas desprovidas de acesso), campo e cidade, e com o aparelhamento tecnológico da agricultura e a incorporação das reservas naturais remanescentes para uma nova indústria do turismo, em termos de urbano e rural, natural e artificial.¹¹ Tudo se torna urbano, ao mesmo tempo em que o próprio urbanismo parece não mais fornecer aparatos para pensarmos e agirmos sobre esta realidade.¹² Neste entrelaçar de redes, na confluência de distintas temporalidades e diferentes formas de espacialização, a pólis tecnológica adquire espessura real. Na mesma proporção que emergem conflitos diante do choque entre distintos contextos, o ciborgue ganha vida.

¹¹ Em diversos autores encontramos estas questões. Henry Lefebvre, *A Revolução Urbana*, Editora UFMG, Belo Horizonte, 2002; Virilio (1993), Felix Guattari (1992), Milton Santos, *A natureza do Espaço*, Edusp, São Paulo, 2002, são alguns exemplos.

¹² Não são poucos os que tem insistido no “urbanismo em fim de linha”. Ver, para apenas um dos diferentes possíveis exemplos, a fala de Frederic Jameson (2006): “*The fact is that tradicional, or perhaps we might better say modernist urbanism is at a dead end.*”

Referências Bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. 1987. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, in: Magia e Técnica, Arte e Política, São Paulo: Brasiliense.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. 1997. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (vol. 5). São Paulo: Ed. 34.
- FOUCAULT, Michel. 1997. *O panoptismo*. in: Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. 1998. *Space, Knowledge and Power*, entrevista a Paul Rabinow, in: HAYS, Michel (ed.), *Architecture and Theory since 1968*, Cambridge: MIT Press, pp. 429-439.
- _____. 1967. *Of Other spaces: heterotopias*, 1967, disponível em <http://foucault.info>
- GARCIA DOS SANTOS, Laymert. 2003. *A virtualização da Biodiversidade*, in: Politizar as novas tecnologias, São Paulo: Ed. 34.
- GIBSON, William. 2003. *Neuromancer*, São Paulo: Aleph, 2003.
- GUATTARI, Felix. 1992. *Espaço e Corporeidade*, in: Caosmose, um novo paradigma estético, São Paulo: Ed. 34.
- GUATTARI, Felix. 2000. *Ecosophical Practices and the Reinstating os the Subjective City*. in Hiperurbà, Quaderns d'arquitectura i urbanisme, n. 238, Barcelona: Gustavo Gili, pp. 48-57.
- HARAWAY, Donna. 2000. *Manifesto Cyborgue: ciência tecnologia e feminismo socialista no final do século XX*, in: Antropologia do Cyborgue, as vertigens do pós humano, Belo Horizonte: Autêntica.
- JAMESON, Frederic. 2006. *The future city*. in: The new left review 21, pp. 65-79
- KWINTER, Sanford. 2002. *Architectures of time*, Massachusetts: MIT Press, 2002.
- LATOUR, Bruno. 2005. *Jamais Fomos Modernos*, São Paulo: Ed. 34.
- MACKENZIE, Adrian. 2003. *Transduction: invention, innovation and colletive life*, 2003. disponível em: <http://www.lanacs.ac.uk/staff/mackenza/>
- PALUMBO, Maria Luiza. 2001. *New Wombs: eletronic bodies and architectural disorder*, Massachusetts: MIT Press.
- SIMONDON, Gilbert. 1992. *The Genesis of the Individual*, in: CARY, J. & KWINTER, S. (eds) *Incorporations*, Nova Iorque: Zone, pp. 297-319.
- TAFURI, Manfredo. 1985. *Projeto e Utopia*, Presença, Lisboa, 1985.
- VIRILIO, Paul. 1993. *O espaço Crítico*, São Paulo: Ed. 34.
- VIRILIO, Paul. 1996. *Velocidade e Política*, São Paulo: Estação Liberdade.

